

# penas e medidas com vigilância eletrónica informação para as polícias

novas tecnologias

novos desafios

novas oportunidades

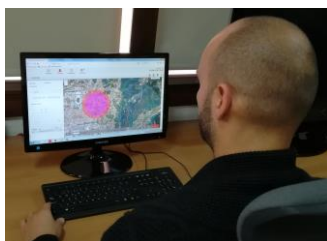
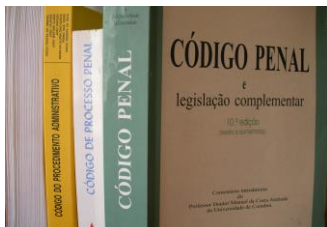


## controlo

- vigilância e intervenção 24h/dia
- resposta rápida e pronta a incidentes
- verificação prévia das finalidades das saídas e do seu cumprimento
- relatórios periódicos e de incidentes para os tribunais

## acompanhamento

- acompanhamento individualizado do caso
- envolvimento familiar e social
- prevenção de incidentes
- favorecimento de futura integração social



### // principais referências legais

- código penal (CP): art.º 43º; 44º, 62º, 154º-A e 274º-A
- código de processo penal (CPP): art.º 201º
- lei nº 112/2009 - 16set (lei da violência doméstica): art.º. 35º e 36º.
- lei nº 33/2010/ 02set - lei da vigilância eletrónica (atualizada pela lei nº. 94/2017 de 23ago)

### // medida de coação de obrigação de permanência na habitação artº 201º CPP

Esta medida de coação pode ser aplicada como alternativa à prisão preventiva

### // pena de prisão em regime de permanência na habitação art.º 43º e 44º CP

Esta pena de prisão, até 2 anos, é uma verdadeira pena de prisão cuja execução ocorre na habitação, sempre com vigilância eletrónica. O condenado pode ficar em casa 24h por dia ou, consoante a decisão judicial, ser autorizado a sair para frequência de programas de ressocialização, atividades de caráter formativo ou profissional ou outras obrigações adequadas ao seu processo de reinserção social.

### // adaptação à liberdade condicional art.º 62º CP

O período de adaptação à liberdade condicional segue a mesma tramitação da liberdade condicional e é sempre executada com vigilância eletrónica. Visa ajudar o condenado a organizar-se e a preparar-se para a liberdade

### // violência doméstica artº 35º lei 112/2009 - 16set

Trata-se da fiscalização por vigilância eletrónica (geo-localização) da proibição de contatos, que pode ocorrer antes ou depois do julgamento

### // elevado valor ressocializador

As penas e medidas com vigilância eletrónica possuem um elevado valor ressocializador

- pode assegurar de modo adequado as necessidades punitivas de prevenção geral
- pressupõem controlo e supervisão intensiva
- evita o contágio prisional e os prejuízos daí resultantes

### // vantagens

- **pode garantir a segurança da comunidade para casos que requeiram elevados níveis de contenção (ainda que inferiores à prisão)**
- evita o contágio prisional e os prejuízos daí resultantes
- proporciona mais valias sociais ao permitir que o arguido ou condenado não quebre vínculos sociofamiliares
- **é um meio de controlo mais económico que a prisão**

### // segurança dos sistemas

A segurança das operações é dada por

- procedimentos adequados, estabilizados em protocolos
- tecnologia com elevada sofisticação não havendo indicação de intrusão ou violação do sistema quando são seguidos os procedimentos indicados pelos fabricantes; a integridade dos equipamentos e das transmissões estão salvaguardadas por sucessivos mecanismos de segurança defensiva e reativa

### // segurança das operações

as penas e medidas são executadas sob a política de tolerância zero: todas as ocorrências são lidas, interpretadas e geridas; os incidentes graves são comunicados de imediato aos tribunais

### // autorizações de saída da habitação e sua verificação

Por definição, as penas e medidas com vigilância eletrónica são de confinamento à habitação. No entanto, o regime geral pode ser flexibilizado em função das condições e necessidades do sujeito vigiado. O tribunal pode autorizar saídas com finalidades bem precisas, **sempre sem prejuízo da segurança da comunidade e do controlo da execução da pena ou medida**

### // verificação das saídas

- as ausências são fiscalizadas assertivamente pela DGRSP quer no que diz respeito ao cumprimento das finalidades quer dos horários praticados
- o incumprimento ou violação leva, automaticamente, à elaboração de um relatório de incidentes para o tribunal

### // vítimas

Se assim for entendido pelo tribunal, a DGRSP pode avisar as vítimas se ocorrer uma anomalia que possa ser entendida como representando perigo para aquelas

### // diligências policiais

- **interrogatórios e outras diligências:** os órgãos de polícia criminal (OPC) devem contactar sempre as Equipas de VE para saber que procedimentos devem adoptar para proceder a interrogatórios e outras diligências em instalações policiais. A DGRSP deve ser informada do momento de entrada e de saída da habitação do vigiado
- **mandados de condução a estabelecimento prisional, detenção ou captura:** a DGRSP deve, preferencialmente, desligar e desinstalar os equipamentos de VE na habitação. Por isso, as Equipas de VE deverão ser avisadas quando estão para serem cumpridos na habitação mandados de condução, detenção ou captura, para efeitos de intervenção conjunta. Não sendo tal eventualmente possível, deverá ser permitido ao sujeito vigiado contactar a Equipa de VE sobre a diligência policial no momento da sua concretização
- **investigação criminal** Por regra, a prestação de informações sobre dados da VE aos OPC ocorre no âmbito da investigação criminal e faz-se por escrito

### contactos

- ☎ 218 418 920 - 24h por dia - linha permanente de apoio e esclarecimento a operadores judiciais
- [correio.vigilanciaelectronica@dgrsp.mj.pt](mailto:correio.vigilanciaelectronica@dgrsp.mj.pt) | diretora de serviços: Dra. Teresa Lopes - [teresa.m.lopes@dgrsp.mj.pt](mailto:teresa.m.lopes@dgrsp.mj.pt)
- Coordenador da equipa de vigilância eletrónica da área